

O MUNDO TRIPOLAR – GEOPOLÍTICA RUSSA NO SÉCULO XXI E A NOVA ORDEM INTERNACIONAL¹

Antonio Marcos Roseira²

Universidade Federado do ABC (UFABC)
São Bernardo do Campo, SP, Brasil

Enviado em 5 jul. 2022 | Aceito em 10 jul. 2022

Resumo: O mundo atravessa um momento de graves tensões na relação russo-americana. O reerguimento da Rússia é seguido pelo reordenamento da política dos Estados Unidos de contenção aos poderes asiáticos. Em um cenário caracterizado pela ascensão chinesa, Moscou implementa uma meticulosa estratégia de transposição geográfica ao cercamento eurasiático imposto por Washington. De um lado, o Kremlin amplia sua ofensiva bélica no Leste Europeu e na Bacia do Mar Negro, visando contrabalancear a expansão oriental da OTAN. De outro, aprofunda seus laços políticos e econômicos com a China, o Oriente Médio, e potências asiáticas emergentes para minar a superioridade geoestratégica do Ocidente. Nesse contexto, destacam-se a agudização do declínio hegemônico das potências ocidentais, a consolidação de um sistema de equilíbrio de poder, e a aceleração da transição da ordem unimultipolar para a tripolar. Os conflitos internacionais passam a ter uma outra *raison d'être*, levando instabilidade política, econômica, e militar a todo o planeta.

Palavras-Chave: geopolítica russa; equilíbrio de poder; mundo tripolar.

THE TRIPOLAR WORLD: RUSSIAN GEOPOLITICS IN THE 21ST CENTURY AND THE NEW INTERNATIONAL ORDER

Abstract: The world is going through a moment of great tensions in the US-Russian relations. Russia's current rise is followed by a global reorganization of the US policy of containment of Eurasian powers. In a scenario characterized by the rise of China, Moscow implements a meticulous strategy of geographical transposition to the Eurasian encirclement imposed by Washington. On the one hand, the Kremlin intensifies its war offensive in Eastern Europe and the Black Sea Basin aiming to counterbalance NATO's eastern expansion. On the other hand, it expands its political and economic ties with China, the Middle East, and emerging Asian powers to undermine US geostrategic superiority. In this context, the deepening of the hegemonic decline of the western powers, the consolidation of a balance of power system, and the acceleration of the transition from the unimultipolar to the tripolar order stand out. International conflicts get another *raison d'être*, leading to political, economic, and military instability to the whole planet.

Keywords: Russian geopolitics; balance of power; tripolar world.

EL MUNDO TRIPOLAR: GEOPOLÍTICA RUSA EN EL SIGLO XXI Y EL NUEVO ORDEN INTERNACIONAL

Resumen: El mundo atraviesa un momento de serias tensiones en la relación ruso-estadounidense. Al resurgimiento de Rusia le sigue el reordenamiento de la política estadounidense de contención de las potencias asiáticas. En un escenario caracterizado por el ascenso chino, Moscú implementa una minuciosa estrategia de transposición geográfica al cerco euroasiático impuesto por Washington. Por un lado, el Kremlin amplía su ofensiva militar en Europa del Este y en la cuenca del Mar Negro, con el objetivo de contrarrestar la expansión de la OTAN hacia el este. Por otro, profundiza sus lazos políticos y económicos con China, Oriente Medio y las potencias asiáticas emergentes para socavar la superioridad geoestratégica de Occidente. En este contexto, se destacan la agudización de la decadencia hegemónica de las potencias occidentales, la consolidación de un sistema de equilibrio de poder y la aceleración de la transición del orden unimultipolar al orden tripolar. Los conflictos internacionales ahora tienen otra *raison d'être*, lo que lleva a la inestabilidad política, económica y militar en todo el planeta.

Palabras Clave: geopolítica rusa; balance de poder; mundo tripolar.

¹ Este artigo é uma versão estendida do texto "A Invasão à Ucrânia Projeta Uma Nova Ordem Mundial. Quais Serão suas Consequências?", publicado originalmente na versão online da Revista Carta Capital, em 01 de março de 2022.

² Professor Adjunto do Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGPRI) da Universidade Federal do ABC. e-mail: m.roseira@ufabc.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4830-3063>.

Introdução

A eclosão da Guerra da Ucrânia no alvorecer de 2022 reacendeu antigos debates em torno da disputa entre grandes potências. Nos últimos anos, o mundo tem assistido a uma profunda transformação política e econômica, com a aceleração da crise hegemônica ocidental e a ascensão chinesa. É neste cenário que Vladimir Putin resgata uma tradição territorialista, reintroduzindo, desde a invasão da Geórgia em 2008, o sistema de rivalidades interestatais. Somado à anexação da Crimeia em 2014, o atual conflito é o maior desafio às potências ocidentais desde o fim da Guerra Fria (1945-1991).

Junto à ascensão chinesa, o novo territorialismo russo contribui de modo decisivo para a transformação das relações internacionais. O sistema unimultipolar, liderado pelos Estados Unidos e seus principais aliados a partir de 1991, dá lugar a uma nova ordem política global, que estamos caracterizando nesse trabalho como “tripolar”. O mundo tripolar é estruturado a partir de um sistema de rivalidades interestatais em escala planetária comandado por três potências principais: os Estados Unidos, a Rússia e a China. As duas nações desafiadoras fragilizam importantes pilares do poder norte-americano.

O vasto desenvolvimento industrial, comercial e tecnológico chinês se mostra capaz de fazer frente ao sistema econômico ocidental, hegemônico desde o fim da Segunda Grande Guerra. O reerguimento russo, que se estrutura a partir de uma intrincada geopolítica regional, está, pouco a pouco, desafiando a grande estratégia americana no continente eurasiático, há milênios o principal terreno das disputas interimperiais.

Orientado pela perspectiva do reerguimento russo, o atual trabalho visa contribuir com o debate contemporâneo em torno das transformações do mundo internacional com o argumento da emergência de uma ordem tripolar. Nesse sentido, emprega-se uma abordagem geopolítica com o intuito de analisar o impacto da política internacional do Kremlin em três dimensões. O primeiro objetivo é compreender a crescente influência russa na transformação da cultura política no campo das relações interestatais. O segundo almeja examinar a nova estruturação regional da estratégia eurasiática empregada por Vladimir Putin. Por último, busca-se investigar os desdobramentos e alcances internacionais das disputas geopolíticas envolvendo os Estados Unidos e a Rússia.

Entendemos que essas três dimensões são lacunas importantes no debate sobre o reerguimento russo. O trabalho visa, portanto, trazer um entendimento do ordenamento geopolítico do novo mundo a partir dos seus impactos nas ideias e valores políticos, na estruturação regional (eurasiática) da geoestratégia empreendida pelo Kremlin, e nos desdobramentos em escala global no campo das relações políticas e segurança internacional.

A crise do idealismo americano e a racionalidade geopolítica russa

Um dos legados a ser deixado por Putin à Rússia é o resgate de uma sofisticada tradição de *realpolitik*, que conduzida com mão de ferro por diferentes líderes na história, garantiu ao país a maior extensão territorial do mundo e uma privilegiada posição bicontinental. A geopolítica russa contemporânea tem bases profundas num longo e violento processo de formação territorial/expansão internacional fundado por Ivan, o Terrível (1530-1584), e consolidado por Pedro, o Grande (1672-1725), e Catarina, a Grande (1729-1796). Mas é, também, herdeira da modernização científico-tecnológica conduzida pela União Soviética, fator expresso por sua poderosa indústria bélica e a posição de superpotência militar. Amparado pela ampla trajetória de expansionismo imperial sob o czarismo e o comunismo, é dito no jargão geopolítico que a Europa Oriental e o

Cáucaso são áreas de influência natural da Rússia no seu *front* ocidental. Após o papel determinante na escalada dos conflitos entre as grandes potências durante as duas guerras mundiais e a era bipolar, essas regiões têm sido decisivas à estratégia de reerguimento do poder nacional conduzida de modo pragmático por mais de duas décadas.

Wanderley Messias da Costa (2015) afirma que o Kremlin tem colocado em movimento nessas primeiras décadas do século XXI uma meticulosa estratégia de recuperação de parte dos territórios perdidos pela Rússia com o fim da União Soviética. Os seus alvos são ex-repúblicas soviéticas, em especial a Ucrânia e a Moldávia no Leste Europeu, a Lituânia, a Letônia e a Estônia no Báltico, e a Geórgia e a Armênia no Cáucaso. A invasão da Geórgia e a consequente separação e independência das províncias da Ossétia do Sul e Abecásia em 2008, a anexação da Crimeia em 2014, a intervenção militar na guerra síria a partir de 2015, e a atual invasão da Ucrânia impõem uma nova política de segurança que visa romper o cercamento militar promovido pela OTAN (COSTA, 2015). O rompimento do acordo tácito entre Moscou e Washington, de não expansão da coalizão militar ocidental no Leste Europeu com o fim da União Soviética, permitiu aos americanos imporem um avanço sem precedentes da OTAN em direção às ex-repúblicas soviéticas. O crescimento da OTAN nas últimas três décadas demonstra que sob o discurso democrático liberal dos líderes ocidentais reside a tão contestada razão de Estado. Entre ideólogos e líderes da Era Putin, essa percepção legitima o resgate da geopolítica.

É importante notar o papel singular desempenhado pela Rússia na região europeia. É, para muitos, um *outsider* transcontinental que apenas inicia o rompimento com o sistema medieval quando países ocidentais já se encontram a beira da Revolução Industrial e do Iluminismo. Entretanto, como lembra Henry Kissinger (2014), entre o final do século XVII e início do XVIII, torna-se um membro ativo da política continental com a implementação de uma série de medidas por Pedro, o Grande. A importação de *expertise* tecnológica, a modernização do exército e da marinha, a construção de São Petersburgo, e o acesso ao Mar Báltico por meio da guerra contra antigos invasores e dominadores da Europa Setentrional (KISSINGER, 2014) colocariam a Rússia entre as maiores potências mundiais.

A partir de então, as políticas de ampliação territorial e criação de áreas de influência estariam cada vez mais imbricadas ao *milieu* europeu, e menos ligadas ao modelo asiático de expansão geográfica que caracterizou os antigos impérios. Portanto, as lideranças russas seriam crescentemente influenciadas pelo estilo moderno de exercício da *raison d'état*. Trata-se de arte de governo e método de ampliação da capacidade nacional que em quase toda história interestatal westfaliana esteve associada ao equilíbrio de poder. Esta concepção, por sua vez, orientou a conduta de muitos dos mais prestigiados homens europeus de Estado, como Richelieu, Castlereagh, Metternich, Frederico II, Bismark, e Napoleão III. Da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) até o final da Segunda Guerra Mundial, prevaleceu a ideia de ordem mundial como resultado de um arranjo competitivo entre grandes impérios e suas vastas zonas de influência. Joseph Nye Jr. (2009) argumenta que a regulação desse mecanismo ocorria por meio de uma complexa política equilibradora, em que as alianças e coalizões eram organizadas com objetivo de impedir a preponderância absoluta de uma determinada nação sobre um dado sistema internacional.

Para as antigas elites europeias, assim como para os impérios asiáticos, terra e poder era uma só coisa. Cicely Veronica Wedgwood (2005) argumenta que esse modelo sobreviveu a substituição da terra pelo dinheiro como força efetiva. A *raison d'état* que emerge na França de Richelieu, Luís XIV e Colbert no século XVII é um novo modo de regular a relação entre território e poder, que ecoa por todo sistema interestatal até 1945. Os franceses estabelecem, em grande parte devido a fragmentada geografia europeia e a diversidades de Estados soberanos, uma política equilibradora. Essa tradição leva à primazia do interesse pragmático, que, por sua vez, estimulará intervencionismos externos,

coalizões com grupos de valores opostos, separatismo/balcanização de nações rivais, guerras preventivas etc. A partir de Richelieu, essa racionalidade atravessa a história, com destaque para os sistemas organizados na primeira fase do Concerto Europeu (1815-1953), durante as rivalidades interimperiais (1875-1914), e no período entreguerras.

A presença dos Estados Unidos no *grand monde* internacional, com a entrada na Primeira Grande Guerra em 1917, levou à primeira crise de legitimidade da razão de Estado desde a Paz de Westfália. O papel decisivo para a vitória dos Aliados na guerra abriu caminho para a introdução do sistema de segurança coletiva baseada num ordenamento jurídico internacional fundado em valores democráticos (NYE JR., 2009). O presidente Woodrow Wilson, assim como Thomas Jefferson e George Washington antes dele, acreditava que o predomínio da guerra na Europa era fruto de instituições internas arcaicas.

Henry Kissinger (1994) destaca três princípios que marcaram os esforços americanos de redefinição do sistema internacional: a manutenção da paz estaria associada ao avanço da democracia; os Estados deveriam ser julgados pelos mesmos princípios éticos que os indivíduos; e os interesses nacionais estariam subordinados à adesão a um sistema de leis universal. A transformação desses princípios em uma doutrina internacional coesa resulta naquilo que podemos denominar de *idealtolitik*. A criação da Liga das Nações em 1919, embora não tenha garantido a perenidade de um mecanismo de segurança coletiva, serviu como ensaio para a organização de uma rede de instituições que assegurariam um sistema de governança internacional inédita após 1945. A criação da ONU e o papel que o país passaria a exercer na política multilateral e na administração de conflitos diplomático-militares expôs um dilema crucial do modelo americano. Como demonstra Robert C. Tucker e David Hendrickson (1990), há um sério paradoxo que acompanha os Estados Unidos desde o tempo de Thomas Jefferson, expresso na incompatibilidade entre a renúncia dos meios tradicionais de garantia do poder do Estado e a recusa em abandonar as ambições que levam inevitavelmente ao emprego da *raison d'état*.

A partir de 1917, a política externa americana é orientada por convicções morais. Estas, por sua vez, levaram a uma cruzada ideológica visando romper com o equilíbrio de poder, entendido por Woodrow Wilson como um sistema imoral de rivalidades organizadas. Se as guerras e intervenções americanas no hemisfério ocidental eram legitimadas pela ideia de Destino Manifesto desde a Doutrina Monroe (1823), em escala global caberia o governo da lei. Para a tradição wilsoniana, não havia diferenças em essência entre a liberdade dos Estados Unidos e a liberdade para o resto do globo (KISSINGER, 1994). Num mundo governado por tiranias, o modelo político americano pereceria.

Ironicamente, o que tem sido visto em muitas décadas de internacionalismo legalista é a defesa da “paz perpétua” como meio de legitimar a *raison d'état*. Durante a Guerra Fria (1945-1991), o combate ao comunismo foi o álibi ideal para a imposição dos interesses globais americanos. John L. Gaddis (2005) demonstra que política de contenção concebida pelo diplomata George Kennan se tornou a bússola de uma grande estratégia conduzida ao longo da era bipolar por figuras como Dean Acheson, John Foster Dulles, Dean Rusk, Henry Kissinger, Zbigniew Brzezinski e Ronald Reagan. O objetivo de impedir o avanço do comunismo soviético para além do continente eurasiático legitimou toda sorte de intervenção, redefinindo toda ética em torno da *casus belli*. De um lado, o emprego de uma máquina de guerra cada vez mais letal, tal como observado no Vietnã, levou antigas civilizações ao caos e à barbárie. O uso recorrente de armas químicas e o bombardeio massivo produziu um horror humanitário poucas vezes visto no mundo moderno. De outro lado, as conspirações políticas, os boicotes às democracias, e os golpes de Estado impuseram a instabilidade política em toda a periferias do sistema capitalista.

Com o fim da era bipolar, o poder irrestrito dos Estados Unidos tornou inevitável o escancaramento da conduta cínica do mundo ocidental. A cruzada moral do combate ao terrorismo que resultou na Guerra do Iraque (2003-2011) e na Guerra do Afeganistão (2001-2019) se mostrou um meio para avançar os interesses geoestratégicos da Casa Branca e do Departamento de Estado na Eurásia. O fim da União Soviética tornou possível a agudização da política americana de projeção de poder marítimo no Golfo Pérsico e em todo Mar Árábico, a expropriação de grande parte dos hidrocarbonetos do Oriente Médio, e a retomada da política de cercamento a potências euroasiáticas como a Rússia.

O paradoxo entre a ambição pacifista da *idealpolitik* e o furor bélico da *realpolitik* foi capital para a crise da legitimidade do poder americano. Dessa tragédia moral emerge toda gama de desafios à ordem multilateral moderna. A consolidação de novas potências internacionais durante a primeira década do milênio ocorre nesse ambiente de profunda crise hegemônica da ordem ocidental. Ao mesmo tempo em que cresce os questionamentos sobre a configuração e a representatividade das instituições em torno da ONU, emergem coalizões político-diplomáticas lideradas por China, Rússia, e seus novos aliados.

As principais fragilidades da Era Putin estão associadas ao legado de dissolução da URSS. A independência das quinze ex-repúblicas socialistas resultou num processo de retração territorial que fragilizou a posição da Rússia na Europa Oriental, Europa Setentrional, Mar Negro, Mar Cáspio e Ásia Central. A Doutrina Brejnev, responsável por recrudescer as intervenções políticas no mundo comunista a partir de 1968, havia significado o ápice do expansionismo imperial. Nesse período, o país foi muito além da velha ambição territorial que povoou o imaginário das mais antigas elites nacionais, pois alcançou uma supremacia incontestável em todas as regiões do seu entorno geográfico. Além disso, a doutrina significou a ingerência em conflitos políticos em Angola, Moçambique, Congo, Guatemala, e em guerras como a do Afeganistão (1979-1989). Num primeiro momento, as operações no mundo islâmico, africano e latino-americano representaram como demonstra Joseph Nye Jr. (2009), um *coup de grâce* à tentativa de conter o avanço comunista ao coração continental eurasiático. Porém, o fracasso militar no decorrer da Guerra do Afeganistão e a incapacidade de criação de um Estado satélite na Ásia Central expuseram os limites da estratégia regional do Kremlin. A ocupação militar dos antigos espaços de influência soviética pelos EUA/OTAN nas últimas décadas mantém o tradicional cercamento à Rússia. Esse fator evidencia que, para as políticas de segurança implementadas pelo Ocidente, a ameaça posta pela nação transcende a era bipolar.

As ambições de Putin são resultados direto de uma racionalidade geopolítica que remonta à longa tradição nacional de gloriosas ascensões e dramáticas quedas. Ao longo da história, os países fundam e consolidam seus modelos políticos de coesão interna e projeção externa. De tempos em tempos, aspectos fundamentais desses modelos são resgatados e ressignificados em função de agendas de interesses de determinadas elites. Essa história de formação e consolidação de uma prática de poder sobre o próprio território, seus entornos regionais, e o mundo além-mar estabelece uma racionalidade geopolítica.

A Era Putin resgata a crença de setores nacionais no “destino manifesto” russo entre as grandes nações. A prioridade é a preservação da integridade territorial e a projeção nos entornos estratégicos do Leste Europeu, Cáucaso, Mar Negro e Ásia Central. A herança tecnoindustrial comunista presente no segmento bélico contemporâneo tem sido um dos principais meios de influência econômica e militar nessas regiões. Contudo, no que tange ao entendimento da natureza do poder internacional, a racionalidade geopolítica russa dos tempos atuais é tributária do czarismo. John Lewis Gaddis (2005) argumenta que os soviéticos, assim como os americanos, entendiam a segurança enquanto

universalização mundial do seu modelo de sociedade. As lideranças atuais, de modo semelhante aos czares entre Ivan IV até a ruína dos últimos Romanov, acreditam que a Rússia tem um papel na administração de um sistema mundial de equilíbrio de poder. No lugar da hegemonia global de um modo político e social, busca-se a coexistência entre as potências.

O impacto dessa antiga racionalidade geopolítica ao sistema legalista se converte em desafio ao domínio dos Estados Unidos. O imbricamento entre interesses nacionais russos e equilíbrio de poder traz choques violentos, colocando em dúvida até mesmo a *raison d'être* da configuração multilateral erigida pelos ocidentais após a Segunda Grande Guerra. Vive-se uma espécie de caos sistêmico há mais de uma década, com colapsos financeiros, golpes de Estado, conflitos militares, agitações políticas etc. Associadas ao acirramento das hostilidades entre potências, essas turbulências profundas são os efeitos concretos da travessia entre um mundo hegemônico ocidental e uma nova era pós-americana.

Rompendo o cercamento americano: as políticas eurasiáticas da Rússia

A estratégia de segurança do Kremlin tem como objetivo o rompimento de dois cercamentos promovidos pelos Estados Unidos e seus aliados. O primeiro deles é o militar, representado pela expansão da OTAN no Leste Europeu, e pela presença massiva do poder bélico dos Estados Unidos na Ásia Ocidental e Oriente Médio. Esse *encirclement* objetiva impossibilitar qualquer projeto de expansão dos interesses russos no continente. O segundo é econômico, dificultando as condições objetivas de ampliação do poder material do país devido a expansão oriental da União Europeia, e a influência petrolífera e financeira americana no Oriente Médio. São processos imbricados que, em conjunto, dão forma ao imenso bloco geopolítico sob o domínio das potências ocidentais. Esses dois fenômenos apenas foram possíveis devido a gravíssima crise derivada do esfacelamento da União Soviética e o consequente enquadramento da Rússia ao modelo neoliberal.

A *debacle* da economia comunista foi crucial para as condições geopolíticas contemporâneas da Rússia. Após a Segunda Guerra Mundial, a modernização tecnoindustrial garantiu a superação da condição primário-exportadora, situando o país entre as principais forças tecnológicas do mundo. Mas a partir dos anos 1970, a velocidade do crescimento das nações financiadas pelo Plano Marshall mostrou a fragilidade da economia planificada na competição com o capitalismo. A política de apoio financeiro dos Estados Unidos seguia, como demonstra John L. Gaddis (2005), o *containment* de George Kennan, focando em regiões com potencial industrial no entorno eurasiático. As centenas de bilhões de dólares injetados na Europa, no Japão e na Coreia do Sul, além dos acordos preferenciais com esses mercados, permitiram a consolidação de um mundo capitalista desenvolvido, com enormes superioridades tecnológicas e industriais.

A Doutrina Brejnev foi fundamental a esse declínio, pois resultou num processo de superextensão territorial que, como demonstra Paul Kennedy (1989), obrigava o direcionamento de mais de ¼ da economia nacional às questões de defesa e segurança. Esse mesmo campo não excedia os 6% nos Estados Unidos, evidenciando que as ambições mundiais do Kremlin estavam além das suas capacidades materiais. E, dos anos 1970 em diante, a diminuição do crescimento passou a comprometer diversos setores econômicos. Em discurso ao 27º Congresso do Partido Comunista (1986), Mikhail Gorbachev mostra que o país estava atrasado na indústria de petróleo e carvão, e no campo da engenharia elétrica, metais ferrosos e produtos químicos (TAUBMAN, 1986).

Outro fator determinante à condição atual da Rússia foi o modelo de transição adotada no pós-1991. A abertura econômica irrestrita durante o governo de Boris Iéltsin (1991-1999) fez com que a herança tecnoindustrial deixada do comunismo ficasse à beira da aniquilação. A invasão do capital

estrangeiro somente foi possível devido a hegemonia cultural exercida pelos americanos. Tão impressionante quanto a inércia do Kremlin perante a queda do Muro de Berlim e a independência das ex-repúblicas soviéticas, foi a cordialidade da elite nacional frente a destruição da sua base industrial em favor do capital estrangeiro. Durante a década de 1990, o país se tornou rapidamente uma terra marcada pela dependência financeira e tecnológica, inflação galopante, pobreza, desigualdade social e concentração imensa da riqueza por poderosos grupos de oligarcas. Estes são os herdeiros dos espólios soviéticos em setores como o siderúrgico, mineralógico, automobilístico, petrolífero, financeiro etc. A crise de 1998, marcada pela fuga de capitais, moratória da dívida externa, e desvalorização do rublo, selou o fim da Era Iéltsin, abrindo caminho à nova *raison d'état*, estruturada na aliança entre a oligarquia e o Kremlin.

A nova economia retoma, de certa forma, a tradição czarista de uma Rússia enquanto espaço primário-exportador. Assim como na aurora da Era Romanov, o país é um grande exportador de produtos agrícolas e minerais. Está entre os líderes no comércio mundial de trigo e milho. Destaca-se na exportação de metais nobres como o paládio, fundamental para a indústria eletrônica mundial, e de gases nobres como o argônio, o hélio, o xenônio e o neon, fundamentais a processos ultramodernos de fabricação de semicondutores, microchips, iluminação fluorescente etc. A importância mercantil desses produtos tem definido a posição do país na divisão internacional do trabalho na globalização.

O fator mais relevante da nova economia é a posição da Rússia no mercado de hidrocarbonetos. Além de ser a principal fonte econômica, esse setor é o maior vetor de articulação político-diplomática do país com a Europa e regiões emergentes na Ásia. Do total do gás natural usado pelos países da União Europeia em 2021, 38% tem origem russa (HOLDER; RUSSEL; REED, 2022). E esse percentual é ainda maior em determinados países do bloco. A Alemanha tem em torno de 60% do seu mercado interno abastecido pela Rússia via Nord Stream, um gasoduto de 1200 quilômetros que chega à Europa atravessando o Mar Báltico. O Nord Stream 2, uma obra de 11 bilhões de dólares, prometia, antes da Guerra da Ucrânia, ampliar ainda mais a dependência energética europeia.

Com a China, Putin tem negociado uma série de acordos visando ampliação do fornecimento energético. A maior economia asiática importa 40% do gás, tendo a Austrália como maior fornecedor. Em 2014 a Rússia assinou um contrato de \$400 bilhões para o fornecimento de 38 bilhões de metros cúbicos anuais de gás natural à China por trinta anos (STATISTA, 2022). A Gazprom, estatal russa que figura como a maior produtora mundial no setor, inaugurou o *Power of Siberia* em 2019, uma linha de transmissão de 4000 quilômetros que corta o leste siberiano em direção ao território chinês. Em fevereiro de 2022, os dois países firmaram um acordo para a construção do *Power of Sibéria 2*, uma segunda rota com 2600 quilômetros. A nova parceria garantirá ao mercado chinês mais 10 bilhões de metros cúbicos anuais por trinta anos (STATISTA, 2022). Os dois gigantes gasodutos são projetos altamente estratégicos, pois aprofundam a cooperação bilateral sino russa, garantindo ao Kremlin maior independência frente aos mercados ocidentais

A Rússia tem uma importância igualmente significativa no mercado de petróleo. É o segundo maior produtor mundial, com a União Europeia como destino de 50% do total de 7 milhões de barris exportados por dia. A Alemanha, a Holanda, e a Polônia são os principais consumidores europeus do petróleo russo (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2022). É também o segundo maior fornecedor ao mercado chinês, atrás apenas da Arábia Saudita. A tendência de crescimento do consumo asiático de hidrocarbonetos tem impactado toda cadeia internacional de produção e distribuição. O fato de a China importar muito dos hidrocarbonetos que consome faz com que o crescimento da sua demanda resulte na ampliação das exportações de países e regiões que tem

nessa matriz uma base econômica essencial. Esse tem sido o caso dos países do Oriente Médio e da Rússia, que pela proximidade geográfica, tem ampliado significativamente os acordos bilaterais e a infraestrutura logística para o fornecimento à China.

A ascensão da China tem proporcionado o cenário ideal para o reerguimento russo. A expansão regional da economia chinesa abre caminho para o novo sistema de equilíbrio de poder de dois modos principais. Primeiro, o crescimento econômico tende a aglutinar novos aliados regionais no continente eurasiático e fortalecer a posição de potências regionais como os países do Oriente Médio, do Sudeste Asiático e da Ásia Central. Evidentemente, a Rússia também passa a ter no novo aliado possibilidades cada vez maiores de intercâmbio comercial, financeiro e tecnológico. Segundo, as enormes riquezas naturais russas em gás e petróleo são um ativo capital para o novo eixo de crescimento e desenvolvimento que transborda da China para todo o seu entorno continental.

Entretanto, as ambições do Kremlin não estão circunscritas às oportunidades trazidas pelo crescimento chinês. A Rússia tem sido um ator relevante no Oriente Médio, principalmente a partir da intervenção na Guerra Civil Síria em 2015. O apoio militar às forças do governo Bashar al-Assad evidenciou às lideranças da região que Moscou pode ser um aliado indispensável. Autocracias ameaçadas pelo intervencionismo ocidental, tanto por ações diretas das guerras, quanto por meios indiretos do financiamento de sublevações, têm na aproximação com um poder bélico dessa magnitude um meio importante de estabilidade regional. Na última década, a recuperação e modernização das forças armadas russas garantiu um poderoso guarda-chuva militar para os atuais e futuros aliados na região. Com o fim da URSS, os Estados Unidos / OTAN transformaram o Oriente Médio na principal área de intervenção político-militar no mundo. A atuação na Síria coloca a Rússia como uma indispensável força de dissuasão ao expansionismo do Ocidente.

Enquanto os chineses privilegiam o acesso ao dinheiro e às oportunidades econômicas para o mundo em desenvolvimento, o Kremlin prioriza o poder duro da esfera militar. De acordo com Anna Borshchevskaya (2017), apesar de a economia russa se manter dependente dos recursos naturais, a indústria de defesa é um setor de tecnologia intensiva que possui uma importante posição de liderança internacional. Se a tecnologia militar está defasada em alguns setores, em outros compete de modo acirrado com o Ocidente (BORSHCHEVSKAYA, 2017). Esse é o caso das baterias antiaéreas S-300 e S-400, dos caças supersônicos Su-37 e Su-57, e dos mísseis hipersônicos Kinzhal. O Kremlin faz dessas tecnologias avançadas um importante meio de influência política em diversas regiões. Dados do *Stockholm International Peace Research Institute - SIPRI* (2021) mostram que a Rússia se projeta no período 2016-2020 como o segundo maior vendedor de armas no mundo, com 20% do total exportado. Boa parte desse comércio tem sido com os países da Ásia, África e Oriente Médio. Entre os seus maiores compradores estão Índia, China, Egito, Argélia, Vietnã, Cazaquistão, Iraque, Belarus, Angola e Turquia (STATISTA, 2022).

A aproximação da Rússia com o Oriente Médio tem avançado desde o final dos anos 1980. Com o Irã, por exemplo, as relações passaram por uma normalização, com a assinatura de importantes acordos na área militar a partir de 1989. Destaca-se, sobretudo, a venda de sistemas balísticos de defesa. Até a imposição das sanções econômicas internacionais em razão do seu programa de energia atômica, o país figurava entre os maiores compradores de armas russas. No que se refere à questão nuclear, Moscou possui uma posição mais permissiva em relação a Teerã. Para Anna Borshchevskaya (2017), um regime pró-Ocidental é para o Kremlin uma ameaça menos desejável do que um Irã nuclear.

A intervenção na Síria a partir de 2015 proporcionou à Rússia uma oportunidade de testar suas forças armadas, sua propaganda de guerra, e ampliar sua presença bélica no Mar Negro. O sucesso da intervenção, que em pouco tempo inverteu a desvantagem do regime de Bashar al-Assad, ecoou

por todo planeta. E a natureza do conflito, marcada por uma guerra civil sangrenta e generalizada envolvendo dezenas de grupos rivais, deu a Putin um campo de testes para as estratégias militares e novas tecnologias bélicas. Ao entrar na Síria, o Kremlin passou dois anos ampliando sua posição no Mar Negro. Expandiu o Porto de Tartus, na Síria, e a base aérea Khomeini no Irã, fortalecendo sua vantagem militar na região enquanto limita o acesso do Ocidente (BORSHCHEVSKAYA, 2017).

A Bacia do Mar Negro é onde a Rússia desenvolve uma geopolítica mais assertiva, pois é o ator dominante nesse espaço desde que Catarina, a Grande, anexou a Crimeia em 1873. Se a área esteve sob uma indisputável supremacia soviética na Guerra Fria, o cerco militar ocidental após 1991 estabeleceu uma das maiores fragilidades estratégicas da Era Putin. Paul Stronsk (2021) lembra que entre os fatores que impõem a desvantagem contemporânea está a instalação do sistema de defesa antimísseis da OTAN na Romênia em 2016. Stronsk (2021) destaca ainda o controle da Turquia sobre os estreitos de Bósforo e Dardanelos, o que dificulta o acesso ao Mar Mediterrâneo. Embora seja um rival da Rússia no Mar Negro desde o século XVII, e membro da OTAN a partir de 1953, Ancara mantém boas relações com o governo Putin. Em 2019, os turcos se tornaram um relevante cliente da indústria bélica russa com a compra do sistema de defesa antiaérea S-400.

Essa aproximação resultou em retaliação à Turquia, desembocando numa séria crise entre Washington e um dos seus principais aliados no Mar Negro. Como exigência do *Countering America's Adversaries Through Sanctions Act* (2017), lei federal que impõe punições a qualquer entidade que mantenha negócios militares com a Coreia do Norte, o Irã e a Rússia, o presidente Trump vetou a venda de cem unidades do sofisticadíssimo caça invisível f-35 *Lightning II* ao governo Erdogan. Ademais, há receios entre os membros da OTAN de que a tecnologia furtiva do f-35 apresente alguma forma de vulnerabilidade ao sistema S-400, empregado por potências asiáticas como a China e a Índia. As tensões bilaterais escalaram com a oposição da Turquia aos pacotes de sanções financeiras e comerciais à Rússia. O país tem resistido às fortes pressões dos Estados Unidos com o argumento de que a sua adesão às medidas resultará em danos a própria economia.

As posições de Moscou são igualmente complexas se considerado o Grande Cáucaso. Trata-se de uma área marcada pela pluralidade étnica e predominância do islamismo, o que impulsionou movimentos separatistas como os da Tchetchênia, Daguestão, Ossétia do Norte e Ossétia do Sul (COSTA, 2015). Com o fim da União Soviética, os separatistas tchetchenos iniciaram um conflito armado pela independência que atravessou todo o governo de Boris Iéltsin. Mas a expansão oriental da União Europeia e da OTAN foi acompanhada por uma política mais assertiva da Rússia no seu entorno geográfico, resultando na reocupação da Tchetchênia em 2000, e no apoio militar à independência das regiões georgianas da Ossétia do Sul e Abecásia em 2008 (COSTA, 2015).

A política de segurança mais assertiva a partir de 2000 reverberou em várias regiões. Para David Schenker (2022), os líderes do Oriente Médio, assim como muitos outros ao redor do mundo, estão se adaptando à nova realidade política imposta pela ascensão da Rússia. O engajamento político de Moscou na região pode ameaçar a segurança do Qatar, Arábia Saudita, Israel e Egito, parceiros dos Estados Unidos e âncoras tradicionais do Ocidente no mundo árabe. Porém, o fato de o Kremlin também avançar na aproximação com esses países por meio da venda de armas revela uma política explícita de enfrentamento às bases da política de segurança americana na Ásia. Em 2021, Putin assinou importantes acordos de cooperação militar com a Arábia Saudita e o Egito.

A diplomacia das armas mostra a centralidade da indústria da defesa na geopolítica de Putin. A progressiva influência da Rússia pode ser observada na posição de diversos países na Organização das Nações Unidas (ONU) em relação à Guerra da Ucrânia. A votação na Assembleia Geral da resolução de 24 de março de 2022, que condena a invasão russa, contou com 141 votos favoráveis, 5 contrários e 35 abstenções (UNITED NATIONS, 2022). As nações contrárias à aprovação da

resolução (Belarus, Coreia do Norte, Eritréia e Síria) estão em conflito com o Ocidente – ou possuem forte proximidade com o Kremlin. Já o elevado número de abstenções está correlacionado com as parcerias econômicas e militares que Moscou alavancou nas últimas duas décadas. Este é, sobretudo, o caso da China, Índia, Paquistão, Irã e Argélia. As abstenções evidenciam a formação de uma nova ordem regional asiática galvanizada em torno da liderança sino russa.

O crescimento das relações intra-asiáticas obedece à rápida expansão do poder chinês, ao mesmo tempo em que está imbricado nos crescentes interesses da política de segurança executada pelo Kremlin. E, para além do sistema ONU, os seus reflexos são também perceptíveis nos limites das sanções econômicas unilaterais impostas à Rússia pelos Estados Unidos e seus aliados. Algumas das mais relevantes economias do G20, como China, Índia, Brasil, México e Argentina, não aderiram às medidas. O não alinhamento das maiores nações latino-americanas à contraofensiva ocidental expõe a crise da liderança americana e o rompimento dos limites asiáticos da influência sino russa.

As causas profundas do conflito entre Rússia e OTAN evocam as concepções fundadas por Halford J. Mackinder, o mais influente teórico da geopolítica. Em seus mais importantes trabalhos, *The Geographical Pivot of History* (1904) e *Democratic Ideal and Reality* (1919), o geógrafo britânico estabelece o modelo geoestratégico mais adotado entre as grandes potências nos últimos cem anos. Grosso modo, defende que o domínio do poder terrestre representado pelo continente eurasiático leva ao poder sobre todo o mundo. O que parece uma simples fórmula se mostra a síntese de um eloquente raciocínio. Mackinder foi capaz de perceber no início do século XX as potencialidades em termos de recursos naturais, população e economia representado pelo conjunto da Eurásia.

Mackinder (1919) acreditava que alguns fatores contribuiriam para a supremacia da massa terrestre eurasiática no futuro. O surgimento de um projeto de poder sob o comando de um Estado forte levaria ao pleno desenvolvimento das capacidades geopolíticas do Oriente. Crítico feroz do livre mercado britânico – e a conseqüente redução dos homens à condição de mão de obra (*manpower*) – o geógrafo acreditava que a adoção de um sistema universal de educação e a consolidação de um modelo de desenvolvimento nacional sob a égide de um líder nacional (*organizer*) impulsionariam a população em termos econômicos, tecnológicos e bélicos. O avanço das tecnologias de transporte e comunicação tornaria possível, por outro lado, a transformação do vasto e diverso continente eurasiático num complexo sistema regional integrado sob uma única potência. Isso tornaria possível o controle de todos os oceanos, mares, ilhas e estreitos entre o Mediterrâneo e o Japão. Como consequência direta, poderes marítimos como a Inglaterra e os Estados Unidos seriam estrangulados. Mas como todo realista membro da *intelligentsia*, Mackinder criou uma teoria autorrealizável, à medida que a crença na sua eficácia orientava as estratégias nacionais em sua direção. As suas concepções influenciariam um conjunto de políticas russofóbicas entre as elites ocidentais.

Na Rússia, as suas teses influenciam diretamente os atuais nacionalistas conservadores. O mais notório deles, Aleksandr Dugin, fundamenta sua crença na ascendência russa sobre o continente eurasiático a partir do conceito mackinderiano de *heartland*. O controle do “coração continental” da Eurásia, que nas interpretações contemporâneas é ocupado pela Rússia, garantiria uma posição privilegiada no jogo das grandes potências. Prestigiado nos círculos de poder, o resgate das teses de Mackinder por Dugin inspira a nova política de segurança do Kremlin. Entre os ocidentais, a teoria do poder terrestre ainda é tida como uma espécie de profecia a ameaçar a hegemonia liberal.

Não é por outro motivo que o *containment* persiste enquanto o fundamento da grande estratégia de segurança americana. O que move a vertente dos tempos atuais é a busca por impedir o domínio eurasiático da aliança sino-russo. Dessa forma, iniciativas políticas e econômicas como a Organização para a Cooperação de Xangai e a Nova Rota da Seda são interpretadas em Washington

como meios de projeção continental. A contínua expansão oriental da OTAN resgata a racionalidade estratégica posta em movimento nas fimbrias eurasiáticas pelo Plano Marshall. A expansão militar do Ocidente rumo à Europa Oriental é o principal mecanismo de combate às pretensões do Kremlin.

A intensificação dessa disputa nos últimos anos têm contribuído para o fim progressivo da unimultipolaridade. Trata-se, como salienta Samuel Huntington (2008), de uma ordem em que uma única superpotência coexiste com várias outras de menor grandeza. No despertar de 2022, a invasão da Ucrânia acelera o complexo processo de transição, cujas consequências têm sido sentidas há mais de uma década. E a celeridade cada vez maior das transformações deve desencadear novas ondas de tensão e fricção, e impulsionar uma variedade de conflitos econômicos, políticos e militares ao redor do ecúmeno.

Os desdobramentos do conflito russo-americano da nova ordem

A nova dinâmica de conflitos emerge no limiar da década de 2010, quando os Estados Unidos começam explicitamente a ampliar o escopo de sua grande estratégia, até então estruturada em torno da Guerra ao Terror. A Casa Branca e o Departamento de Estado já estavam colocando em marcha uma política de expansão da guerra por outros meios desde o início do século XXI. O início dessa transformação ocorre com o *Patriot Act*, decreto assinado pelo presidente George W. Bush em outubro de 2001, em decorrência dos ataques terroristas ao Pentágono e ao World Trade Center. A lei possibilitou um conjunto de ações que se tornariam centrais à política de segurança no futuro. O mais importante foi a interceptação de dados sigilosos de cidadãos e empresas potencialmente ligados ao terrorismo, através de meios telefônicos e digitais controlados por corporações privadas, com vistas a rastrear a localização e o fluxo global do crime. A partir de então, houve uma imensa expansão dos meios de vigilância digital por parte dos órgãos de inteligência das potências ocidentais. Embora seja um fator tornado popular com o surgimento da guerra híbrida, Craig S. Lerner (2003) lembra que a espionagem do Executivo sobre cidadãos americanos e estrangeiros permeia a maior parte da história do país.

Iniciada há mais de uma década, a guerra híbrida passa a ser o principal meio de contenção à expansão da influência dos novos eixos de desenvolvimento na periferia do capitalismo. É uma guerra informacional imbricada a conflitos convencionais, *lawfare*, ofensivas digitais, o apoio político e econômico à insurgência civil etc. O que em princípio parecia apenas uma cruzada civilizacional típica, mostrou ser parte de uma grande estratégia cujo eixo central estava na contenção de forças emergentes na Ásia e alhures. Mas tal qual entende Stephan M. Walt (2002), a enorme vantagem política e econômica do passado tornou os americanos mal preparados intelectualmente para o futuro. É fato que quanto mais intervenções, maior a resistência a sua liderança no mundo periférico.

Um dos principais elementos da atuação externa dos Estados Unidos é o apoio a movimentos insurgentes e desestabilizadores tanto de ditaduras quanto de democracias que ameaçam escapar de sua órbita. De certa forma, o que tem movido suas lideranças é defesa da ideia de que toda força de oposição ao modelo liberal é uma ameaça ao mundo. George Kennan (1947), ao persuadir as elites ocidentais com sua análise psicológica das lideranças comunistas e do regime soviético, iniciou uma obsessão americana no campo ideológico. Para além da mera contenção geoestratégica, Kennan foi um dos primeiros a apontar o caráter transfronteiriço das ideias e o seu poder de revolucionar regimes políticos domésticos. Nos últimos setenta anos, os principais quadros na Casa Branca e no Departamento de Estado transformaram essa perspectiva em paranoia, na medida em que qualquer outro modelo social – seja ele originário de grandes potências ou de pequenas nações – deva ser

radicalmente combatido com todos os meios disponíveis. Na atual ordem em transição, essa racionalidade tem sido uma das forças disseminadoras do caos.

Aos velhos métodos de financiamento da imprensa, partidos, intelectuais públicos e *think tanks*, soma-se o papel inaudito da internet. A revolução tecnológica nas últimas décadas permitiu o surgimento e a expansão planetária de corporações informacionais que, a partir da coleta e controle de um conjunto infinito de dados privados de usuários em todo o mundo, tornaram-se a fonte predominante de domínio sobre os cidadãos. Ron Deibert (2015) afirma que a mídia social, a conectividade móvel e a computação de nuvem, compreendidas em conjunto, formam o *Big Data*, provavelmente a mais importante evolução da comunicação na história. O controle do ciberespaço é parte de uma complexa geopolítica cibernética que envolve prestigiosas instituições de Estado, como a americana NSA e a britânica GCHQ. Os objetivos vão desde a espionagem até o domínio das massas. A influência sobre os povos, um fundamento tradicional do poder presente nas políticas de Estado desde os tempos mais remotos, adquiriu complexidade e método nos últimos dois séculos. Porém, o advento do espaço virtual abriu possibilidades quase ilimitadas de controle sobre os sentimentos e os desejos coletivos. Não por acaso, a China tem avançado rapidamente rumo a uma ecologia própria de tecnologias e redes sociais.

É inegável a correlação entre o crescimento das mídias sociais e a explosão de levantes e revoluções em regiões sensíveis aos interesses dos Estados Unidos. Em muitos lugares, a agitação das massas responde a uma ampla insatisfação com os rumos econômicos. Para George Joffé (2011), as causas na África do Norte foram as desigualdades sociais, o desemprego e a alta dos alimentos a partir de 2010. Na América Latina, os motivos estão associados a disputa por influência sobre o aparelho de Estado por segmentos das elites políticas de um lado, e governos de orientação trabalhista de outro. Apesar das particularidades, a proliferação e alcance das mídias sociais foram um fator crucial de captura dos anseios dos movimentos insurgentes nos dois continentes. Especialmente pelo fato de que essas grandes corporações globais empregavam algoritmos com vistas a impulsionar aqueles conteúdos em sintonia com a agenda americana.

A América Latina, a África Setentrional e o Oriente Médio foram as principais regiões a sofrer golpes de Estado, revoluções e guerras civis. Líbia, Egito, Argélia, Líbano e Síria são alguns dos países onde o descontentamento com as condições político-econômicas foi catalisado pelas tecnologias informacionais. Já na América Latina, a situação do Brasil demonstra como tensões internas e disputas pelo poder podem gerar o ambiente ideal à ruptura. Nesse cenário, a estratégia em torno da guerra híbrida foi implementada em duas direções principais. Uma delas foi por meio do *lawfare*, que permitiu uma vasta e complexa investigação judicial tendo como alvo a corrupção envolvendo partidos governistas e empresas estatais e privadas. A outra ocorreu via redes sociais e a incitação tácita a movimentos insurgentes que explodiram no interior da classe média.

Para Orde F. Kittrie (2010), o *lawfare* significa o uso de meios legais para atingir objetivos operacionais tradicionalmente alcançados por vias militares. Carlos Vieira Santana (2018) demonstra que articulação entre o Departamento de Justiça em Washington e o Ministério Público Federal em Brasília, tornada possível pelo Acordo de Cooperação Judicial de 2001, permitiu a extensão extraterritorial da jurisdição americana. Esse processo fez com que ativos estratégicos, como a Petrobras e grandes conglomerados privados nacionais, ficasse sob a mira dos Estados Unidos. Além disso, a guerra jurídica utilizou métodos escusos para associar a corrupção às principais lideranças trabalhistas, culminado na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o candidato favorito a eleição de 2018. Paralelamente, a explosão das redes sociais a partir de 2010 foi fundamental para canalizar o sentimento de revolta e ódio que dominava setores-chave da sociedade e da opinião pública, com a exposição dos casos de corrupção em torno da administração federal. As novas

mídias não apenas contribuíram para o desfecho do *coup d'état*, como foram cruciais à ascensão fulminante da extrema-direita e a eleição de Jair Bolsonaro à presidência. Este é um caso paradigmático por envolver uma potência regional à frente de iniciativas autônomas como os BRICS e a integração da América do Sul.

Esse modelo de contenção, ao apoiar a ascensão de lunáticos de extrema direita, coloca todo sistema internacional sob profunda tensão. A atual ofensiva militar do Kremlin é o mais nítido exemplo acerca do seu desdobramento. Volodymyr Zelensky, eleito presidente no rastro de violentos levantes, rompe a tradição de equilíbrio entre a Rússia e a Europa. Nenhum outro líder nacional ousou tensionar as relações regionais em prol de um alinhamento com Washington. Confrontada com o sentimento antirrusso em grande parte da Ucrânia, a irredutibilidade do uso massivo da força pelo governo Putin gera a maior onda de morte e destruição na Europa do Leste desde a Segunda Grande Guerra. No lugar da solução diplomática para a controversa possibilidade de adesão ucraniana à OTAN, os Estados Unidos e seus aliados utilizam Zelensky como meio de testar os limites das ambições internacionais de Moscou, ainda que isso reduza o país a ruínas.

Por fim, há um rearranjo da *deterrence* americana nas fimbrias meridionais e orientais asiáticas. Enquanto no Leste Europeu a OTAN é o pivô de contenção à Rússia, o reposicionamento e expansão do aparato militar na Ásia-Pacífico visa dissuadir a alargamento do poder marítimo chinês. De acordo com Flávio Rocha de Oliveira (2018), a reorganização da política de segurança americana para a Ásia tem seus primeiros sinais a partir de 2009. Com a política do pivô asiático, desenvolveu-se um *containment* fundado na ampliação de alianças políticas e comerciais dos Estados Unidos com seus principais aliados – Japão, Austrália e Filipinas. No campo militar, Oliveira (2018) demonstra o reposicionamento do poder naval, com a presença ampliada de vasos de guerra e submarinos nucleares. Hillary Clinton, Secretária de Estado no primeiro mandato de Barack Obama, advoga em *America's Pacific Century* (2011) a necessidade de mudar a arte de governo (*statecraft*) e expandir a presença econômica, diplomática e política na Ásia-Pacífico. Do subcontinente indiano às praias ocidentais americanas, a região concentra os fatores que a tornaram um condutor chave da política mundial (CLINTON, 2011).

O cercamento militar às fimbrias marítimas do Sul e Oriente asiático acirrou as tensões bilaterais. Klaus Larres (2017) relembra que a retórica agressiva de Donald Trump entre 2017 e 2018 tinha como foco principal o conflito comercial com Pequim. Ainda que a aproximação diplomática entre Xi Jinping e Trump tenha resultado em um plano de colaboração em torno dos conflitos comerciais, a eleição de Joe Biden fez reescalar as tensões. Além disso, no campo econômico a contenção é imensamente mais complexa. Enquanto a *intelligentsia* em Washington foi seduzida pelos arautos da era pós-industrial, a China se tornou o maior centro de produção de bens tecnológicos do mundo. Como maior parceira comercial da U. E., Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Rússia e Brasil, está forçando o deslocamento das bases materiais do poder para a Ásia-Pacífico.

A aceleração da transição de ordem não deve ser considerada mera decorrência da grande estratégia americana. Deriva também do resgate da racionalidade geopolítica russa num contexto de alteração da correlação de forças com a progressiva liderança de nações emergentes. Destaca-se que o maior país do mundo tem apenas o décimo primeiro produto interno bruto, de US\$ 1,4 trilhão (WORLD BANK, 2022). A sua economia é menor e menos sofisticada do que a dos principais membros europeus da OTAN, como a Alemanha, Inglaterra, França e Itália. Todavia, a base da sua reemergência está no gigantismo territorial, no domínio de recursos energéticos estratégicos, no impacto das políticas regionais eurasiáticas, na força internacional da sua indústria bélica, e no imenso arsenal nuclear capaz de dissuadir qualquer contraofensiva ocidental direta. Putin dispõe de um conjunto de vantagens estratégicas que, a despeito de todas as fragilidades e limitações, contribui

para o reingresso ao círculo das grandes potências. E suas ambições não são meras derivações das novas oportunidades trazidas pela ascensão global da China. Moscou possui pretensões internacionais exclusivas e autônomas, cujo lastro está justamente nas bases materiais (tradicionais) do poder desenvolvidas ao longo da sua história.

Desde a invasão da Geórgia em 2008, o governo Putin acumulou forças com vistas à ruptura política. A economia nacional tem se tornado menos dependente do Ocidente, com laços cada vez mais amplos com seus vizinhos, especialmente a China. As reservas internacionais do país saíram de U\$426 bilhões em 2008 para U\$596 bilhões em 2020 (WORLD BANK, 2022). Não obstante o crescimento da indústria bélica e a disparada das *commodities* minerais nos últimos anos, o país possui uma condição econômica bastante frágil perante os Estados Unidos e seus aliados, que controlam a moeda internacional, o mecanismo de trocas (*Swift*), o sistema financeiro, e até mesmo a maior parte dos depósitos das reservas estrangeiras. Segundo Marta Domínguez-Jiménez & Niclas Poitiers (2020), entre 2009 e 2017, a U.E. foi origem de 55% a 75% do estoque de investimento estrangeiro direto na Rússia.

A invasão da Ucrânia é confrontada por uma espécie de *blitzkrieg* ocidental almejando tornar a Rússia pária mundial. Impuseram-se boicotes a amplos segmentos da indústria e serviços, e ao sistema financeiro. Cerca da metade dos ativos do Banco Central e do Fundo Soberano foi congelada nas praças ocidentais, e suas instituições expulsas do sistema Swift – sociedade que domina a quase totalidade das transações econômicas globais.

O *gap* entre a Rússia e as principais potências ocidentais remete a disparidade entre ambição e capacidade material. Não raras as vezes, elites encasteladas no Kremlin conduziram a nação à malfadadas aventuras bélicas, com trágicos desdobramentos internos. No início do século XX, quando o desenvolvimento industrial já havia sido plenamente convertido em poder militar em lugares como a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos, o declínio do país foi exposto com a derrota na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). A decorrência foi o aumento das tensões em uma sociedade às vésperas da Revolução de 1905. Nicolas II e seus ministros ainda lançariam seus homens à humilhação na Primeira Guerra Mundial, abrindo espaço para a sangrenta Revolução de 1917.

Paul Kennedy (1989) frisa que as disparidades de poder industrial, tecnológico e bélico entre a Rússia e a Europa foram acentuadas após a Guerra da Crimeia (1854-1856), até chegar nas humilhações do início do século XX. Após períodos de glorioso expansionismo e modernização, a era final dos Romanov foi caracterizada pelo amplo atraso tecnológico e profundas disparidades sociais. Joseph Nye (2009) alega que Nicolas II era um autocrata isolado, resistente a mudanças, e assessorado por inábeis ministros da Defesa e Relações Exteriores. E sessenta anos depois, o final da era soviética volta a apresentar enorme discrepância entre ambição e capacidade. Os dois casos mostram que a diminuição do crescimento econômico em relação ao Ocidente minou as pretensões russas.

As rivalidades entre as potências foram afetadas pela diversificação e complexificação da capacidade material. Se por duzentos anos a lógica do poder mundial foi transformada pela indústria e finanças, os últimos cinquenta anos assistiu a incorporação das tecnologias informacionais, da cibernética, da robótica e da inteligência artificial. A assimilação dessas variáveis resulta no transbordamento das disputas internacionais para diversos segmentos sociais domésticos. Alteram-se de maneira profunda as bases dos conflitos, que ao modelo territorialista tradicional, incorpora as potencialidades quase infinitas trazidas pelo avanço tecnológico. Nesse cenário, a geopolítica se torna cada vez mais ubíqua, expressando a expansão da guerra por outros meios.

A invasão da Ucrânia testará os limites das ambições internacionais de Moscou. A despeito de estar distante da derrocada propalada pelos americanos e europeus, a campanha militar enfrenta

imensos desafios. Desde a Guerra do Vietnã (1955-1975), grandes potências enfrentam dificuldades quase intransponíveis em conflitos assimétricos contra pequenas nações apoiadas por forças militares externas. As táticas de guerrilhas demonstram os limites do uso massivo da força, impondo perdas significativas aos exércitos mais bem equipados e treinados do planeta. Com o apoio de Washington, a aliança mujahidin afegã impôs uma surpreendente derrota ao exército soviético nos anos 1980. Um símbolo da invasão, os poderosos helicópteros Mi-24 eram facilmente abatidos pelos mísseis terra-ar *Stingers* produzidos pelos Estados Unidos. Na guerra atual, a força aérea russa parece reviver o pesadelo, com o modelo Mi-28 apresentando dificuldades para superar os *Stingers* e os sistemas de defesa aérea portáteis *Starstreak* da Grã-Bretanha.

O choque entre a estratégia territorial do Kremlin e a contraofensiva ocidental pode tornar a situação atual assaz complexa. Putin visa controlar toda faixa sul da Ucrânia, que se estende das fronteiras da Transnístria até os oblasts separatistas de Donetsk e Lugansk. A Transnístria é uma província separatista da Moldávia, e mantém uma independência *de facto* graças ao significativo apoio militar garantido por Putin. É uma área de composição étnica complexa, que se destaca pela presença considerável de população russa. O controle sobre a faixa territorial sul resultaria em amplas consequências para toda a região, permitindo contrabalancear a superioridade geoestratégica da OTAN na Bacia do Mar Negro. A Ucrânia seria transformada em um prisioneiro geopolítico, perdendo, dessa forma, a crucial saída ao mar para escoamento da produção agrícola. O estabelecimento do corredor facilitaria ainda ao Kremlin a estratégia de controle sobre a Moldávia, que por ser um dos mais pobres países europeus, possui pouca capacidade de resistência militar.

Mas o rápido crescimento da capacidade de reação bélica da Ucrânia, a partir do fornecimento massivo de armas pelas forças ocidentais, repercute nos objetivos de Moscou. De início, a disputa é prolongada, com uma escalada exponencial de prejuízos humanos e materiais. Um transbordamento regional do conflito, arrastando a Moldávia e o Belarus para o teatro de operações, agravaria a crise migratória continental. Haveria ainda uma explosão dos custos econômicos e sociais do conflito, com efeitos imprevisíveis sobre toda a sociedade russa. Além do mais, os recentes pedidos de adesão à OTAN pela Suécia e Finlândia expõem o inevitável contágio continental das tensões militares.

Estudo do SIPRI (2022) mostra que a Rússia apresentou um gasto militar de \$65,9 bilhões em 2021, o que corresponde a razoáveis 4,1% do PIB. Contudo, a menor escala econômica perante as demais potências pode ser decisiva às pretensões geopolíticas de Putin. Nos Estados Unidos, que destinaram \$801 bilhões ao Departamento de Defesa em 2021, essa proporção é 3,7% (SIPRI, 2022). O rápido crescimento chinês, por outro lado, garante uma expansão equilibrada dos gastos militares. Com PIB de \$17,4 trilhões, o orçamento com defesa alcançou \$293 bilhões em 2021 (SIPRI, 2022). O cenário russo de acirrada crise econômica em razão da COVID-19 é desafiado pelas pesadas sanções internacionais, o que impede grandes manobras na ampliação da força bélica no curto prazo.

A Putin resta expandir as bases materiais do poder para afirmar a aspiração tripolar. Enquanto a modernidade europeia inspirou os czares, os modelos asiáticos de desenvolvimento no século XXI tem se mostrado o meio de superação do *gap* de poder em favor do Ocidente. A Rússia possui uma base tecnoindustrial que permite políticas quase intangíveis às nações “párias” como Irã ou Venezuela. É uma das líderes no campo aeroespacial, o que pode ser convertido em vantagem competitiva em setores correlatos – como tem mostrado a modernização da indústria bélica nacional. Acumula bases sólidas em áreas como a epidemiologia e a microbiologia, a cibernética, e as indústrias automotiva e petrolífera. Por outro lado, é deficitária na vasta maioria dos setores de alta tecnologia.

A estratégia de solapar o regime de Putin por meio do uso de sanções obstrui a opção diplomática e reforça ainda mais a via militar. As consequências ricocheteiam em todo solo europeu, com a agudização de uma crise migratória que se arrasta desde a eclosão da Primavera Árabe, o aumento sem precedentes da pressão inflacionária na zona do Euro, e a crescente possibilidade de racionamento energético. Esses desdobramentos podem gerar uma tempestade perfeita, com resultados imprevisíveis num continente onde a ascensão da extrema-direita se energiza justamente da piora das condições materiais de vida. Ademais, abre uma janela de ruptura com o ordenamento internacional base da hegemonia ocidental. A abordagem coercitiva deixa a Rússia numa posição confortável para romper com princípios econômicos ortodoxos como metas fiscais, e desafiar o regime de propriedade intelectual para acelerar o desenvolvimento em áreas sensíveis. Para André Yakovlev (2022), as sanções adotadas desde 2014 permitiram a reemergência de segmentos industriais nacionais até então concentrados nos países da U.E. Em maio de 2022, aderindo ao boicote das marcas ocidentais, a Renault vendeu à Cidade de Moscou a sua fábrica local, além da participação na AvtoVAZ, fabricante dos veículos Lada.

Num ambiente de crescimento das relações intra-asiáticas, as sanções impostas pelos Estados Unidos e a Europa Ocidental abrem uma enorme fissura na globalização. As medidas ampliam as hostilidades e empurram a Rússia e outros países semiperiféricos em direção à esfera de influência chinesa. Aceleram-se o enfraquecimento do sistema Bretton Woods, o fortalecimento internacional do *renminbi*, e o desenvolvimento de sistemas alternativos de transações financeiras. O resultado é a reordenação geográfica dos fluxos econômicos e políticos, engendrando mudanças em toda hierarquia global do poder.

A guerra expõe ao mundo um desastre diplomático em que os Estados Unidos/OTAN, aferrados a uma hegemonia que se desmancha no ar, buscam impor unilateralmente uma agenda de deterioração econômica, política e militar ao Kremlin. A transformação da Ucrânia em zona neutra seria uma solução racional de pacificação, reconhecendo as demandas de segurança de Putin. Na contramão da aceitação do reerguimento russo, as potências ocidentais reforçam o cercamento eurasiático, e provocam uma espécie de *déjà vu* com uma nova corrida por alianças militares. No rastro da guerra, um dos mais significativos eventos foi a assinatura de um acordo entre Japão e a Grã-Bretanha em maio de 2022, com vistas a ampliar a cooperação militar na região indo-pacífica. Para o primeiro-ministro britânico Boris Johnson, o acordo é uma reação a poderes autocráticos e coercitivos (BBC, 2022). Esse tipo de cooperação entre o Ocidente e seus aliados eleva as tensões, ironicamente acelerando a ordem tripolar que tanto visam conter.

Esse cenário de mau agouro deve piorar com uma concomitante corrida armamentista. O novo poderio bélico russo será respondido com a ampliação dos investimentos militares pelos países membros da OTAN. Potências de tradição pacífica desde 1945 ampliarão os seus gastos com segurança e defesa. Esse é, sobretudo, o caso da Alemanha e do Japão, cuja diplomacia *soft* dará lugar às prioridades de uma política de contenção. Esses países, ao possuir respectivamente o sétimo e oitavo gasto militar mundial (SIPRI, 2022), exercerão posição capital no cercamento militar à Rússia em suas respectivas regiões. Mas o principal dilema no campo bélico é o crescimento das tensões nucleares. O Kremlin tem afirmado que uma possível incursão militar ucraniana em solo russo com armamentos fornecidos por membros da OTAN será respondida com retaliação atômica. Putin ameaça acelerar o relógio do juízo final, e exhibe ao mundo o seu novo míssil nuclear “destruidor de países” RS-28 Sarmat, conhecido vulgarmente como Satã II.

George Kennan (1947) já alertava que o incessante cercamento promovido pelo Ocidente gerou uma profunda sensação de insegurança em Moscou. O risco contemporâneo reside exatamente no desinteresse em compreender a psicologia russa. A rigidez tática de Putin expressa, sobretudo, o

resgate da tradição geopolítica de confronto ao *encirclement*, não sendo mera consequência de uma pulsão autocrática e expansionista. A indisposição das lideranças americanas e europeias de pacificação via *détente* coloca o mundo em uma das suas mais perigosas encruzilhadas. Eis a tragédia da nova ordem tripolar!

Considerações finais

O resgate da sua longa tradição geopolítica faz com que a Rússia passe a exercer uma função de nêmesis à *pax americana*. Caberá ao futuro nos dizer se Putin liderará o renascimento de uma era de glórias ou o repetirá a tragédia de Nicolas II. Na ausência da expansão russa das bases materiais do poder, o mundo tripolar será um mero *intermezzo* entre a unimultipolaridade e uma ordem bipolar liderada por China e Estados Unidos.

É comum um certo desdém a respeito do protagonismo internacional da Rússia entre estudiosos ocidentais. De fato, a economia do país é menor que a alemã, a britânica, a francesa, a italiana ou a brasileira. Não é uma nação relevante na produção tecnológica em diversos setores econômicos capitais à projeção geopolítica mundial. Numa perspectiva exclusivamente econômica, a concepção de mundo tripolar aqui apresentada se aproxima do delírio. Absolutamente nada corrobora a visão de mundo em que a Rússia divide o protagonismo com as duas maiores economias do planeta. Ademais, é comum entender as ambições de Moscou como reflexo das oportunidades abertas pelo crescente protagonismo de Pequim. A agenda do Kremlin seria dependente das possibilidades econômicas, políticas e diplomáticas cada vez mais amplas com a ascensão chinesa. Embora não sejam argumentos equivocados, não são plenamente verdadeiros.

Mesmo considerando os danos que serão infligidos pelas sanções econômicas até o fim da década, dificilmente a Rússia será enquadrada como pária global semelhante ao Irã ou a Venezuela. O fracasso na condução da guerra e a reação do Ocidente certamente tem o poder de tornar a Rússia cada vez mais dependente das oportunidades chinesas. Mas o país jamais será um simples satélite de outra potência asiática. Dotado de uma longa tradição imperial, amplas dimensões e potencialidades territoriais, sólidas bases tecnointerindustriais, e o segundo maior poder militar do planeta, o país possui uma agenda de segurança irredutível aos interesses externos. O sucesso na guerra consolida a ordem tripolar nas próximas décadas. Mas o possível fracasso não privará o país da condição de aliado estratégico da China e do mundo em desenvolvimento. Ambas as possibilidades o tornam um dos alvos principais da ofensiva geopolítica dos líderes ocidentais.

A despeito dos desdobramentos finais da Guerra da Ucrânia, três grandes mudanças afetam o mundo internacional, conforme descrevemos no decorrer do trabalho. A primeira, a mudança da cultura política nas relações entre os Estados, com o retorno da *Realpolitik*, dificilmente se arrefecerá nos próximos anos. A segunda, a estruturação de uma nova geopolítica eurasiática, deve marcar o futuro próximo da relação da Rússia com o mundo. Por último, o novo cenário de riscos que afeta especialmente o mundo periférico será central à dinâmica de conflitos internacionais futuros.

Os atuais desafios exigem uma rara arte de governo. Justamente num período da história em que estamos sob a liderança de homens de Estado que exibem uma conduta internacional em fina sintonia com a forma trágica com que antigas lideranças europeias levaram o mundo a Primeira Grande Guerra. A ambição vulgar e sem limites dos falcões da guerra e o descompromisso das elites ocidentais com a paz é uma antítese do modo arguto com que Roosevelt, Churchill e Stalin estabilizaram o mundo no imediato pós-1945. Não por acaso, as lideranças asiáticas têm ampliado sua posição moderadora. E, mais uma vez, caberá à Rússia o papel decisivo na encruzilhada entre o Ocidente e o Oriente.

Referências

- BORSHCHEVSKAYA, Anna (2017). The Tactical Side of Russia's Arms Sales to the Middle East. The Jamestown Foundation Global Research & Analysis. Disponível em: <https://jamestown.org/program/tactical-side-russias-arms-sales-middle-east/>. Acessado em: 15 mar. 2022
- CLINTON, Hillary (2011). America's Pacific century: the Future of Geopolitics will be Decided in Asia, not in Afghanistan Or Iraq, And The United States Should be Right at the Center of the Action. *Foreign Policy*, n° 189, p. 56-63.
- COSTA, Wanderley Messias da (2015). O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10551>. Acessado em: 20 Jun. 2021
- DEIBERT, R (2015). The Geopolitics of Cyberspace After Snowden. *Current History*, Vol. 114, n° 768, p. 9-15
- GADDIS, John Lewis (2005). *Strategies of Containment: a Critical Appraisal of American National Security Policy During the Cold War*. Nova York: Oxford University Press.
- HOLDER, J; RUSSELL, K.; REED, S. How a Ukraine Conflict Could Reshape Europe's Reliance on Russia. *New York Times*, New York, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2022/02/15/business/energy-environment/russia-gas-europe-ukraine.html>. Acessado em: 01 Jun. 2022.
- HUNTINGTON, Samuel (2008). A Superpotência Solitária. In: DUPAS, G.; LAFER, C.; SILVA, E. *A Nova Configuração Mundial do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, p.135-152.
- JOFFÉ, George (2011). A Primavera Árabe no Norte da África: Origens e Perspectivas de Futuro. *Relações Internacionais*. Lisboa, n°30, p. 085-116.
- KENNAN, George (1947). The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*. Washington, Vol. 25, No. 04, p. 566-582.
- KENNEDY, Paul (1989). *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. New York: Vintage Books.
- KITTRIE, F (2010). Lawfare and U.S. National Security. *Case Western Reserve Journal of International Law*. Cleveland, Vol. 43, n°01, p. 392-421.
- KISSINGER, Henry (1994). *Diplomacy*. New York, London, Toronto and Sydney: Simon & Schuster Paperbacks.
- LERNER, Craig S (2003). The USA Patriot Act: Promoting the Cooperation of Foreign Intelligence Gathering and Low Enforcement. *George Mason Law Review*, Vol.11, n°03, p. 493-526.
- MACKINDER, Halford (1919). *Democratic Ideals and Reality*. New York: Henry Holt and Company.
- MACKINDER, Halford (1904) The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*. Londres, Vol. 23, n° 04, p. 421-437.
- NYE, J (2009). *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Gente.
- OLIVEIRA, Flávio Rocha (2018). Grande Estratégia e Poder Naval: Os Estados Unidos da América na Região da Ásia-Pacífico no Início do Século XXI. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 24, p. 329-354.
- SANTANA, Carlos Henrique (2018). The Geopolitics of the Brazilian Coup d'état and its Consequences. *Transcience Journal*, v. 09, n°01, p. 75-109.
- SCHENKER, David (2022). Putin's War Has Middle Eastern Countries Hedging Their Bets. *Foreign Policy*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/03/04/russia-war-ukraine-middle-east-iran-nuclear-deal/>. Acessado em: 21 Jun. 2022.
- STATISTA. Gas exports from Russia to China. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1032435/russia-natural-gas-export-value/>. Acessado em: 30 abr. 2022
- STATISTA. Arms Exports from Russia from 2017 to 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1296249/russia-arms-exports-by-country/>. Acessado em: 13 abr. 2022.

- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2021). SIPRI Yearbook 2021. Armaments, Disarmaments and International Security. Londres: Oxford University Press.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2022). SIPRI Yearbook 2021. Armaments, Disarmaments and International Security. Londres: Oxford University Press.
- STRONSK, Paul (2021). What Is Russia Doing in the Black Sea? Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2021/05/20/what-is-russia-doing-in-black-sea-pub-84549>. Acessado em: 21 Jun. 2022.
- TAUBMAN, Philip. Gorbachev's Speech: Tour de Force of Stamina. New York Times, New York, 26 fev. 1986. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1986/02/26/world/gorbachev-s-speech-tour-de-force-of-stamina.html>. Acesso em: 10 set. 2021.
- THE UNITED STATES CONGRESS (2017). Countering America's Adversaries Through Sanctions Act. Disponível em: <https://www.congress.gov/115/plaws/publ44/PLAW-115publ44.pdf>. Acessado em: 05 abr. 2022.
- THE UNITED STATES ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. Europe is a Key Destination for Russia's Energy Exports. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=51618>. Acessado em: 08 fev. 2022
- TUCKER, Robert; HENDRICKSON, David (1990). *Empire of Liberty: The Statecraft of Thomas Jefferson*. Nova York: Oxford University Press.
- THE WORLD BANK. Gross Domestic Product. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=RU>. Acessado em: 30 mar. 2022.
- THE WORLD BANK. Total Reserves. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/FI.RES.TOTL.CD>. Acessado em: 30 mar. 2022.
- UNITED NATIONS. General Assembly Resolution Demands end to Russian Offensive in Ukraine. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/03/1113152>. Acessado em: 20 mar. 2022
- WALT, Stephen M (2002). Keeping the World "Off Balance": Self Restraint and U.S. Foreign Policy. In: IKENBERRY, G. John (Org.). *America Unrivaled. The Future of the Balance of Power*. London: Cornell University Press, p. 98-118.
- WEDGWOOD, Cicely Veronica (2005). *The Thirty Years War*. New York: New York Review Books.
- YAKOVLEV, A (2022). The Russian Economy at the Crossroads: Before and Beyond the Ukrainian Crisis. Disponível em: <https://balticworlds.com/the-russian-economy-at-the-crossroads/>. Acessado em: 20 abr. 2022.